



**ACÓRDÃO Nº 408/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 10920/2014.**

**Apensos:** Processo nº 12780/2015.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Evandro Rodrigues de Moraes (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5851.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 458/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2013.

*Irregularidade.*

*Multa.*

*Recomendação.*

*Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Evandro Rodrigues de Moraes**, responsável pela Companhia de Água e Esgoto de Coari - CAESC, no curso do exercício de 2013, com fundamento nos arts. 1º, II, 19, II, 22, III, “b” e art. 25, parágrafo único da Lei Orgânica nº 2423/1996, em razão das impropriedades não sanadas constantes nos autos;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Evandro Rodrigues de Moraes** no valor de **R\$ 21.000,00** (vinte e um mil reais), em razão que deverá ser recolhida no



**ACÓRDÃO Nº 408/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, em razão das impropriedades constantes nos itens 7.2, 7.3, 7.4, 7.6, 7.7, 7.8, 7.9, 7.10, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15, 7.21 e 7.22, nos termos do art. 54, II da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Evandro Rodrigues de Moraes** no valor de **R\$ 20.481,00** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais), que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, nos termos do art. 308, I, "a" da Resolução nº 04/2002, conforme item 7.1 em razão da inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal dos balancetes, de janeiro a dezembro de 2013, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Recomendar** à Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC o atendimento da legislação pertinente às restrições abaixo relacionadas, bem como à DICAMI para observar as providências adotadas pelos exercícios posteriores e se ocorreu incidência das faltas cometidas:

- 10.4.1.** Ausência de escrituração contábil e extra contábil, analítica e sintética, que permita a caracterização dos bens permanentes adquiridos e baixados no exercício de 2013,



**ACÓRDÃO Nº 408/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

bem como o saldo remanescente dos exercícios anteriores, inclusive ausência do registro e tombamento dos bens permanentes, assim como livro tombo e agentes responsáveis pela sua guarda e administração;

**10.4.2.** Ausência do levantamento geral dos bens móveis e imóveis, extraído do inventário analítico de cada unidade administrativa e das informações da escrituração sintética da contabilidade;

**10.4.3.** Cumprimento do §1º, do art. 27, da Lei Municipal nº 528/2009, que dispõe sobre o plano de Emprego e Salários da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento Básico de Coari - CAESC, no sentido de providenciar o advento do decreto regulamentador da concessão de diárias;

**10.4.4.** Realização de concurso público visando prover os empregos públicos vagos;

**10.4.5.** Regularizar a situação dos servidores acima tratados, no sentido de instá-los a optar pelo cargo/emprego/função que mais lhe atenda;

**10.4.6.** Que proceda à regulamentação da gratificação de atividade com base em critérios objetivos e nos princípios basilares da Administração Pública;

**10.4.7.** Que a Gestão da CAESC se abstenha de conceder a gratificação de atividade a servidores temporários, a menos que haja expressa previsão legal;

**10.4.8.** Junte, no momento adequado, todos os procedimentos nos autos dos processos administrativos de licitações;

**10.4.9.** Que a origem cumpra rigorosamente e em momento oportuno, os mandamentos do art. 60, da Lei nº 4320/1964;

**10.4.10.** Sejam observados e cumpridos os prazos para a remessa da movimentação contábil via ACP conforme estabelece o art. 4º da Resolução nº 07/2002-TCE;

**10.5. Determinar** à Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC que, caso o Termo de Contrato de recebimento de contas com a empresa Yasmin.com tenha sido renovado, proceda tão logo à rescisão contratual.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



**ACÓRDÃO Nº 408/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Data da Sessão:** 21 de Maio de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em sessão), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral